



**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN**

**PROCESSO N. 08238860520178205001**

**MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADEMILSO DOS SANTOS CUNHA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NATAL, 12 de fevereiro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**

**ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**  
**5432 - OAB/RN**

**PROCESSO ORIGINÁRIO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL / RN**

**PROCESSO N.º 08238860520178205001**

**APELADA: ADEMILSO DOS SANTOS CUNHA**

**APELANTES: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**DAS RAZÕES DO RECURSO**

**COLEDA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

O M.M. Juiz, após a devida instrução processual, achou por bem julgar a presente demanda da seguinte forma:

*“JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, para condenar o demandado MAPFRE SEGUROS, a indenizar a parte autora ADEMILSO DOS SANTOS CUNHA, no montante de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), acrescido de juros legais (1 ao mês), contados a partir da citação (art. 405 do Código Civil, art. 240 do CPC e súmula 426 do STJ) e correção monetária contada a partir do evento danoso”*

Conforme restará cabalmente comprovado nesta peça recursal, a r. sentença, ora guerreada, merece pronta reforma, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

#### **BREVE RELATO DOS FATOS**

Alega o Autor em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em 26/09/2015, restando PARCIAL e permanentemente inválido.

A Tabela anexa à Medida Provisória nº 451/2008, hoje convertida na Lei nº 11.945/2009, demonstra que se faz necessário que o Laudo pericial especifique a lesão sofrida, bem como a quantifique, para que se possa adequar corretamente o pagamento ao grau de invalidez sofrido.

Busca assim, as barras do poder Judiciário para pleitear a verba indenizatória do Seguro DPVAT, requerendo, equivocadamente, a condenação da Ré ao pagamento no valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

**NULIDADE DA SENTENÇA – RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO “A QUO” NECESSÁRIO SE FAZ CONVERTER O  
FEITO EM DILIGÊNCIA – REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA –**

Compulsando o laudo pericial exarado pelo Ilustre Expert, às fls. em que pese ter laborado com a precisão técnica necessária em casos como o descrito nestes autos, **RESTOU CONTRADITÓRIO O LADO EM QUE OCORREU A INVALIDEZ ( DIREITO OU ESQUERDO).**

Cumprе apontar, primeiramente, que embora toda a narrativa se dê do lado esquerdo, o Perito enquadra a incapacidade do autor no lado direito:

**AVALIAÇÃO MÉDICA**

- I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?  
( **X** ) Sim                      ( ) Não                      ( ) Prejudicado  
*Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.*
- II. Descrever o quadro clínico atual informando:  
a) Qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida (s)?  
**HOUE FRATURA DE LUXAÇÃO OSSOS DO CARPO A ESQUERDO.**  
b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.  
**REALIZOU TRATAMENTO CIRÚRGICO DA LUXAÇÃO, MAS AINDA APRESENTA PSEUDOARTROSE DE ESCAFÓIDE.**
- III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?  
( ) Sim                      ( **X** ) Não  
Se sim, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s)
- IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:  
a) ( ) disfunções apenas temporárias  
b) ( **X** ) dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)  
Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informara as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.  
**APRESENTA DOR EM CARPO, LIMITAÇÃO DA FLEXO-EXTENSÃO DO PUNHO E MÃO ESQUERDA.**

---

1ª. Lesão  
**MMSS DIREITO**                      ( ) 10% Residual    ( ) 25% Leve    ( ) 50% Média    ( **X** ) 75% Intensa  
2ª. Lesão

---

Assim, se faz necessário o esclarecimento do perito quanto ao lado correto a ser pago a título de indenização.

Vistos os fatos, vem a apelante requerer a esta Colenda Câmara Recursal que se digne a reformar a sentença *a quo*, liminarmente, julgando-a nula de pleno direito e em consequência, determinar a realização de um novo laudo pericial para que se esclareça o lado correto para pagamento da condenação.

**DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O SINISTRO E A LESÃO DO LADO DIREITO**

Caso os ilustres julgadores não entendam pelo retorno dos autos ao juízo *a quo* para realização de uma nova perícia para esclarecimento dos fatos acima aduzidos, cumpre informar que não obstante toda a documentação médica acostada é clara ao afirmar que a Apelada sofreu lesão em seu **PUNHO ESQUERDO** a Apelante foi condenada a pagar lesão referente ao **MEMBRO SUPERIOR DIREITO**.

A Lei que regula a indenização pleiteada é a Lei n.º 6.194/74, modificada para Lei 8.441/92. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a lesão ou morte e o acidente noticiado.

A parte Apelada conforme a documentação carreada aos autos combinada com sua peça inaugural, alega que devido ao acidente noticiado sofreu lesão no **PUNHO ESQUERDO**.

Ocorre que em perícia judicial NÃO FICOU COMPROVADA TAL LESÃO, pois, de acordo com o perito a parte apresentou MEMBRO SUPERIOR DIREITO.

Vejamos:

#### BOLETIM DO PRIMEIRO ATENDIMENTO:

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

boimite, com dor, e/ou inchaço  
punho e/ou antebraço. lesão no  
punho e/ou antebraço, de/da

Diagnóstico Provisório: lesão no punho e/ou antebraço

Diagnóstico Definitivo: lesão no punho e/ou antebraço

Anestesiologista: Pratim - lesão no punho e/ou antebraço

Tipo de anestesia: lesão no punho e/ou antebraço

Diagnóstico pré-operatório: lesão no punho e/ou antebraço

#### PETIÇÃO INICIAL:

##### 2.1 DOS FATOS E DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.2 O Autor foi vítima de acidente de moto na BR 101, próximo ao Posto de Gasolina Pinheiro na Cidade de Parnamirim/RN, em 26 de setembro de 2015, conforme denota a documentação anexa, boletim de ocorrência de acidente Boletim de Ocorrência e prontuário médico/hospitalar, causando-lhe lesão na mão e punho esquerdo, ficando com sequelas.

#### LAUDO JUDICIAL:

1ª. Lesão

MMSS **DIREITO** ( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média (X) 75% Intensa

2ª. Lesão

Resta claro, pelos fatos narrados na peça inaugural e os documentos juntados, que não existe comprovação cabal da sua invalidez com o suposto acidente noticiado.

Ora i. Julgadores a Apelada não pode ser compelida a **EFETUAR O PAGAMENTO REFERENTE À LESÃO QUE NÃO FOI CAUSADO PELO SINISTRO NOTICIADO NA PRESENTE LIDE.**

Data vênua, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado a quo, pois, conforme demonstrado a r. decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

Frisa-se que em toda documentação médica acostada pelo Apelado, NÃO foi constatada MEMBRO SUPERIOR DIREITO o que ratifica a completa falta de nexo de causalidade.

Resta claro, pelos fatos narrados na peça inaugural, e os documentos juntados pela Apelada, que não existe comprovação cabal da referida invalidez MEMBRO SUPERIOR DIREITO da vítima com o suposto acidente noticiado.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre o efeito INVALIDEZ e o acidente noticiado, requer a reforma da d. Sentença pela improcedência da ação, na forma do art. 487, I do NCPC, **ante a ausência de comprovação do nexo causal.**

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NATAL, 12 de fevereiro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**

**ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**  
**5432 - OAB/RN**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN 980-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR, inscrito na 5432 - OAB/RN, os poderes que lhes foram conferidos por **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ADEMILSO DOS SANTOS CUNHA**, em curso perante a **24ª VARA CÍVEL** da comarca de **NATAL**, nos autos do Processo nº 08238860520178205001.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RN 980-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819